A TEORIA DAS ILUSÕES FINANCEIRAS DE PUVIANI E SUA TRANSMUDAÇÃO

Marcelo Paar Santiago

Resumo: Este trabalho decorre de pesquisa ainda em andamento que tem como tema a transmutação da teoria das ilusões financeiras, cuja delimitação está centrada em se saber se o ferramental utilizado por esta teoria também está sendo utilizado nas searas eleitoral e em determinados segmentos profissionais e de mercado. Com as confirmações científicas acerca das ilusões financeiras pela Economia Comportamental e da existência da chamada consciência coletiva pela Neurociência, a relevância temática deste trabalho encontra guarida na assertiva de que se trata de tema que, cada vez mais, é explorado em outras áreas da ciência e do cotidiano. A investigação cinge-se ao seguinte problema: tendo em vista que as grandes massas de contribuintes são levadas a pagar quantidades enormes de tributos e a submeter-se a enormes sacrifícios nos casos em que os benefícios obtidos ou esperados do Estado não valem tal sacrifício, é possível afirmar que a classe dominante e/ou específicos seguimentos econômicos e/ou profissionais, transmudam as ferramentas utilizadas no desenvolvimento da teoria das ilusões financeiras também para as áreas eleitoral e mercadológica, inclusive, sem, necessariamente, utilizar a tributação para tanto? A pesquisa tem como objetivo geral contribuir para o adequado exame da utilização das ferramentas inerentes à teoria das ilusões financeiras também nas searas eleitoral e mercadológica. Apresenta os seguintes objetivos específicos: descrever e exemplificar as realidades eleitoral e mercadológica onde o ferramental utilizado na teoria das ilusões financeiras também é utilizado. A metodologia utilizou os tipos descritivo, investigativo e analítico, sintetizada em pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados parciais da pesquisa demonstram que: i) a massa de contribuintes tem um estado psíquico comum, também chamada de consciência coletiva, que é controlado consciente e premeditadamente pela classe dominante, por intermédio da atividade financeira do estado; ii) a atitude reacional da massa de contribuintes é uniforme e segmentada, seguindo aquilo que já é predeterminado conscientemente pela classe dominante, para tanto utilizando os dirigentes políticos, por intermédio de ilusões financeiras; iii) o psíquico da massa de contribuintes é influenciado, de forma concomitante, por estímulos externos planejados com certa antecedência pela classe dominante, tanto nas entradas quanto nos gastos públicos; iv) o ferramental contido na teoria das ilusões financeiras está sendo utilizado pelo governo, em favor da classe dominante, em âmbito eleitoral e de mercado; v) o ferramental contido na teoria das ilusões financeiras também está sendo utilizado em favor de determinados segmentos profissionais e de mercado, inclusive fora da seara tributária; vi) a teoria das ilusões financeiras e sua transmutação dialogam, na seara jurídica, com o princípio da efetividade e com a teoria do realismo escandinavo; e vii) Puviani defende que o uso das ilusões financeiras faz com que a Fazenda Pública se transforme num instrumento de exploração da classe dominada pela classe dominante.

Palavras-chave: Transmutação da teoria das ilusões financeiras. Sincronização da consciência coletiva. Princípio da efetividade. Teoria do realismo escandinavo. Ferramental das ilusões financeiras aplicado nas áreas eleitoral e mercadológica.

Abstract: Abstract: This work stems from research still in progress that has as its theme the transmutation of the theory of financial illusions, whose delimitation is centered on knowing whether the tools used by this theory are also being used in electoral harvests and in certain professional and business sectors. Marketplace. With scientific confirmations of financial illusions by Behavioral Economics and the existence of the so-called collective consciousness by Neuroscience, the thematic relevance of this work is supported by the assertion that it is a theme that is increasingly explored in other areas of science and daily. The investigation is limited to the following problem: considering that the large masses of taxpayers are led to pay enormous amounts of taxes and to submit themselves to enormous sacrifices in cases where the benefits obtained or expected from the State are not worth such a sacrifice, Is it possible to say that the ruling class and/or specific economic and/or professional segments transmute the tools used in the development of the theory of financial illusions also for the electoral and marketing areas, even without necessarily using taxation for that? The general objective of the research is to contribute to the adequate examination of the use of tools inherent to the theory of financial illusions also in the electoral and marketing fields. It presents the following specific objectives: to describe and exemplify the electoral and market realities where the tools used in the theory of financial illusions are used. The methodology used descriptive, investigative and analytical types, synthesized in documentary and bibliographical research. The partial results of the research demonstrate that: i) the mass of taxpayers has a common psychic state, also called collective consciousness, which is consciously and premeditatedly controlled by the dominant class, through the financial activity of the state; ii) the reactionary attitude of the mass of taxpayers is uniform and segmented, following what is already consciously predetermined by the dominant class, using political leaders to do so, through financial illusions; iii) the psyche of the mass of taxpayers is concomitantly influenced by external stimuli planned some time in advance by the dominant class, both in terms of income and public spending; iv) the tools contained in the theory of financial illusions are being used by the government, in favor of the ruling class, in the electoral and market spheres; v) the tools contained in the theory of financial illusions are also being used in favor of certain professional and market segments, including outside the tax area; vi) the theory of financial illusions and their transmutation dialogue, in the legal field, with the principle of effectiveness and with the theory of Scandinavian realism; and vii) Puviani argues that the use of financial illusions turns the Public Treasury into an instrument of exploitation of the class dominated by the ruling class.

Keywords: Transmutation of the theory of financial illusions. Synchronization of collective consciousness. Principle of effectiveness. Theory of Scandinavian realism. Tool of financial illusions applied in the electoral and marketing areas.

1. Introdução

O presente trabalho é fruto de pesquisa realizada como trabalho final da disciplina “Economia Comportamental e Tributação”, ministrada pelo Professor Doutor Carlos Alexandre de Azevedo Campos, em 2022.2, no âmbito do doutorado em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento do PPGD/UERJ, que busca, por

intermédio de conceitos e normas, investigar, com base na obra “Teoria das Ilusões Financeiras”, publicada em 1903, na Itália, por Amilcare Puviani (1854 – 1907), – interpretada por Alvaro Rodriguez Bereijo, na obra “*Estudio Preliminar in PUVIANI, Amilcare. Teoria de la Ilusion Financiera*”, publicada em Madri, em 1972 – a relação desta teoria com o princípio da efetividade e com a Teoria do Realismo Escandinavo; além de investigar se a utilização do ferramental contido naquela teoria também seria utilizado pelo governo para o favorecimento de determinadas classes profissionais ou econômicas. Este artigo, repita-se, orbita ao redor da Teoria das ilusões financeiras, dessa forma é de bom alvitre que saibamos a respeito de se autor e sobre a própria teoria. É o que veremos logo no início.

A relevância temática deste artigo encontra guarida nas assertivas de que a teoria das ilusões financeiras foi confirmada, ainda que em laboratório, no campo da Economia Comportamental; bem como a possibilidade de sincronização de cérebros de um dado grupo social, no campo da Neurociência.

A hipótese inicial é de que as grandes massas – que na Neurociência são chamadas de consciência coletiva – também são alcançadas pelo ferramental contido e utilizado na teoria das ilusões financeiras, favorecendo determinados segmentos profissionais e econômicos, inclusive fora da seara tributária.

O problema da pesquisa orbita na seguinte questão: é possível afirmar que a classe dominante e/ou específicos seguimentos econômicos e/ou profissionais, por intermédio de agentes políticos, transmudem as ferramentas utilizadas na teoria das ilusões financeiras também para as áreas eleitoral e mercadológica, inclusive, sem, necessariamente, utilizar a tributação para tanto?

O objetivo geral da pesquisa é contribuir para o adequado exame da assertiva de que a utilização das ferramentas inerentes à teoria das ilusões financeiras também é utilizada nas searas eleitoral e mercadológica.

Os objetivos específicos desta pesquisa são descrever e exemplificar como as sutis ferramentas utilizadas na teoria das ilusões financeiras também são utilizadas nas realidades eleitoral e mercadológica.

A metodologia utilizou os tipos descritivo, investigativo e analítico, sintetizada em pesquisa documental e bibliográfica. No que se refere à pesquisa documental, o

foco esteve voltado para o exame da legislação brasileira, em especial: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988); a Lei Fluminense nº 6.890, de 18 de setembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção quinquenal de segurança nas instalações de gás das unidades residenciais e comerciais supridas por gases combustíveis no Estado do Rio de Janeiro; o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera com os núcleos de defesa do consumidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de março de 2018, que revogou a Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 072, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera, de 04 de julho de 2018 (publicada no D.O. de 19/07/2018); a Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 73, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera, de 22 de agosto de 2018, que alterou atribuições contidas na regulamentação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 19 de março de 2018, com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), que desembocou na revogação da IN AGENERSA CODIR nº 072 daquela agência; e o PL Fluminense nº 980, de 19/10/2011 (publicado em 20/10/2011), que obriga a implantação de consultório, a disponibilidade de profissionais da área de enfermagem e presença de profissional de educação física, em clubes, condomínios ou associações residenciais, na forma que menciona e dá outras providências.

A pesquisa bibliográfica está direcionada à doutrina relacionada às regras e princípios relacionados com os institutos jurídicos que têm intrínseca relação com a teoria das ilusões financeiras, em especial quanto à sua transmutação para as áreas eleitoral e mercadológica.

Assim, o presente trabalho se divide em oito seções para além desta introdução, que se desenvolvem da seguinte forma: A primeira seção chama-se: sucinto comentário sobre Amilcare Puviani e Álvaro Rodríguez Bereijo; Na segunda seção ocorre a descrição da teoria das ilusões financeiras, que se divide em quatro subseções: o problema da pesquisa de Puviani sobre ilusões financeiras, a teoria das ilusões financeiras, chaves de compreensão do pensamento de Puviani acerca das ilusões financeiras, e a diferença entre a teoria das ilusões financeiras de Puviani e a

teoria de Marx; a terceira seção chama-se comprovação da consciência coletiva pela Neurociência; a quarta seção denomina-se a teoria das ilusões financeiras e o princípio da efetividade, sendo dividida em Diferenças conceituais entre eficácia, eficiência e efetividade, que se subdivide em: o conceito de eficácia, o conceito de eficiência, e o conceito de efetividade; a quinta seção trata da teoria das ilusões financeiras e a teoria do realismo escandinavo; a sexta seção versa sobre a transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara eleitoral; já a sétima seção cuida da transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara mercadológica, se dividindo na subseção denominada o conceito de epistocracia e os seus testes laboratoriais como forma de se evitar a influência das ilusões financeiras no eleitorado; a oitava seção cuida da transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara mercadológica; e a nona seção é a conclusão.

2. Sucinto comentário sobre Amilcare Puviani e Álvaro Rodríguez Bereijo

Amilcare Puviani nasceu em 1854, vindo a falecer em 1907. Era professor de Direito Financeiro na Universidade de Perugia, na Itália. A sua mais relevante obra foi justamente *“Teoria dell’illusione finanziaria”*, publicada em Milão, pela Editora Remo Saldron, em 1903.

Puviani não chegou a conhecer o extremo sucesso de sua obra sobre ilusões financeiras, fato que somente ocorreu a partir da obra *“Estudio Preliminar in PUVIANI, Amilcare. Teoria de la Ilusion Financiera”*, de Alvaro Rodriguez Bereijo, publicada em Madri, pela IEF, em 1972, páginas IX a LXXV.

Bereijo era doutor pela Universidade de Bolonha e foi, de 1995 a 1998, Presidente da Corte Constitucional da Espanha. À época da publicação de sua obra sobre as ilusões financeiras de Puviani (1972) era professor de Direito Financeiro na Universidade de Santiago de Compostela. Traduziu a obra de Puviani sobre a teoria das ilusões financeiras para o castelhano e somente a partir daí Puviani ganhou notoriedade e teve seu trabalho reconhecido como de excelência, sendo alçado à categoria de grande financista. Não à toa, em 1912, o já famoso financista, Luigi Einaudi, chama Puviani de “autor injustamente esquecido”.

É que Puviani, segundo Bereijo, reformulou e ampliou diversos estudos publicados sobre o fenômeno do comportamento ilusório praticado pelos estados modernos em suas atividades financeiras, como uma “representação ideológica” dos interesses das classes governantes.

Puviani abriu, especialmente para o Direito Financeiro, um novo e vasto campo de estudos, com expressões inclusive e especialmente na psicologia e sociologia financeiras.

Em apertada síntese, Puviani, em sua teoria das ilusões financeiras, afirmava que o político, para poder atender os interesses das classes superiores e para prestar serviços que, em tese, trariam benefícios para o povo, teve que lançar mão de medidas fiscais que cada vez mais exigiam repasses enganosos (tributos mascarados) que passassem despercebidos pelos contribuintes.

Puviani asseverava que certamente nenhum agente público planejou organicamente as ilusões financeiras, mas cada vez que o Estado necessitava de mais dinheiro, na prática, preferia as mesmas medidas de ilusões financeiras, que, pouco a pouco, acabou criando um sistema de “truques fiscais”. E assim, ao longo dos séculos, se formou um “sistema misterioso”, admiravelmente sutil e profundo, que a política desenvolveu e colocou em prática pouco a pouco.

Puviani estudou de forma minuciosa e comprometida a teoria do Estado, passando por sua atividade financeira, compreendendo sua natureza e função. Bereijo explicou que Puviani já enxergava uma grande diferença entre a realidade social e a atividade financeira estatal. Queria ele elaborar uma teoria da atividade financeira do estado mais acorde com a realidade, relacionando intrinsecamente sua teoria com o princípio da sinceridade orçamentária.

3. Descrição da teoria das ilusões financeiras

3.1. O problema da pesquisa de Puviani sobre ilusões financeiras

Puviani afirmou que o problema fundamental a ser resolvido em sua pesquisa sobre ilusões financeiras era encontrar as razões pelas quais as grandes massas eram levadas a pagar quantidades enormes de grandes somas de dinheiro de forma impositiva, especialmente na forma de tributos, e a submeterem-se a enormes

sacrifícios em que os benefícios obtidos ou esperados do Estado não parecem valer tais sacrifícios e somas pagas.

3.2. A teoria das ilusões financeiras

A teoria das ilusões Financeiras nos explica de que forma, por intermédio de mecanismos e argumentos, tem conseguido a Fazenda – para ser mais preciso, a classe dirigente do Estado (agentes políticos) – ocultar das massas uma grande parte da carga dos tributos que suportam, fazendo-lhes crer que a dita carga é menor que a verdadeira; para ocultar das massas as desigualdades na distribuição da carga tributária entre as distintas classes sociais. Assim, escamoteando a verdade dos pobres, que são os mais fortemente prejudicados, pois o Estado faz crer que os pobres pagam menos impostos que os ricos (que são os fiscalmente favorecidos na verdade – menos prejudicados). O Estado faz crer que a carga tributária é mesmo justa.

Desta feita, não se pode confundir a teoria das ilusões financeiras com a teoria dos bens de Corrupção, esta última também formulada por Puviani. Nas palavras de Bereijo (1972), a teoria das ilusões financeiras ilustra o “processo de forças que atuam sobre a consciência do contribuinte, diminuindo a quantia e importância dos sacrifícios que suporta e exagerando a extensão e vantagens dos serviços públicos que são oferecidos em troca.”

Já a teoria dos bens de corrupção e males da coação, segundo Bereijo (1972), ilustra aquele “processo de forças que em troca de males de índole geral produzidos pelos entes políticos ou em troca dos males produzidos por impostos opressivos, oferece ao contribuinte certas vantagens de caráter privado ou que busque incutir nos contribuintes a impressão de que desse modo se evitaria males maiores dos que suportam pagando os tributos.”

3.3. Chaves de compreensão do pensamento de Puviani acerca das ilusões financeiras

Para Álvaro Rodríguez Bereijo, são duas as chaves para compreender o pensamento de Puviani quando da formulação de sua teoria das ilusões financeiras e situá-lo como marco da Ciência das Finanças italiana. A primeira chave é a concepção

hedonista do fenômeno financeiro, ou seja, a aplicação dos princípios que norteiam o cálculo marginal (teoria subjetiva do valor – efetividade) na atividade financeira.

Neste ponto Bereijo (1972) assevera que o hedonismo se caracteriza como o desejo de conseguir um prazer ou de se evitar uma dor, tratando-se, assim, de um motivo universal ao qual se reduzem os motivos mais diversos; entendendo-se por “prazer” um gênero de sensações que provocam ações tendentes a perpetuar as sensações placentárias.

Assim, o homem naturalmente tende a maximizar seu prazer e minimizar suas dores. Essa afirmação tem natureza econômica, que dialoga com a “Teoria da Escolha Racional”, tão bem tratada e criticada por Sen, vejamos.

A marca “teoria da escolha racional”, ou TER, para abreviar, caracteriza a racionalidade da escolha simplesmente como a maximização inteligente do autointeresse. Nessa abordagem, de certa forma supõe-se que as pessoas deixam de ser racionais se não buscam inteligentemente apenas seu próprio autointeresse, sem tomar conhecimento de qualquer outra coisa (exceto se esse “algo a mais” puder – direta ou indiretamente – facilitar a promoção do seu autointeresse). (SEM. Amartya. 2019. p. 212).

Já a segunda chave se consubstancia na tentativa de superação da explicação meramente econômica da atividade financeira do estado realizada desde os planejamentos sociológicos ou sócio-políticos. Assim, explica Bereijo, que a teoria de Puviani entende que “as escolhas coletivas – que são de natureza política – acabam sendo tomadas pela classe dirigente, que domina ou controla o poder do estado. Explica também que na segunda chave também se considera a luta de classes. Utilizando-se da “Teoria das Elites”, que se trata da luta entre a classe dominante e a classe dominada. Assim, todos podem ser considerados hedonistas, posto que todos buscam o máximo de utilidades com o mínimo de esforço.

Tem-se aqui uma constância no movimento do dominante de mover-se próximo da linha de menor resistência do dominado. Sobre a teoria das ilusões financeiras de Puviani, afirma Bereijo que a maior aquiescência dos dominados se consegue mediante a ocultação dos verdadeiros fins perseguidos pelo Estado, quando da elaboração e execução orçamentária. Mediante enganação, o Estado faz crer ao dominado que ele está voltado ao bem comum e não aos interesses das elites.

3.4. A diferença entre a teoria das ilusões financeiras de Puviani e a teoria de Marx

Para Álvaro Rodríguez Bereijo, a teoria de Puviani se difere completamente da teoria de Marx. Isto porque o conceito de “elite” de Puviani é completamente diferente do conceito de “classe social” da teoria marxista. No pensamento italiano, o conceito de classe dirigente (dominante) não vem necessariamente determinado historicamente por leis de produção. Pode ser uma classe hereditária, uma elite cultural, um partido político exercendo poder ou o proletariado, por exemplos. Pode ser permanente ou temporário. Pode exercer o poder de forma autocrática ou democrática. Assim, a concepção de “elite” tratada na teoria de Puviani é, sem dúvidas, muito mais ampla que a concepção cunhada na teoria marxista, por isso não podem ser confundidas.

4. A comprovação da consciência coletiva pela Neurociência

Os estudos sobre ilusões financeiras sempre tiveram como ponto de partida a Psicologia e a Economia Comportamental. Contudo, mais recentemente, outro campo da ciência, além do Direito, se mostrou de enorme valia para provar – como de fato provou – um pressuposto utilizado na teoria das ilusões financeiras de Puviani, qual seja, a existência de uma massa de contribuintes que age ou se mantém inerte de forma similar e previsível, ainda que segmentadamente.

Neste contexto, vale trazermos partes da entrevista dada ao podcast inteligência Ltda., no episódio 578, pelo Professor Doutor Miguel Angelo Laporta Nicolelis, médico e neurocientista brasileiro, radicado nos Estados Unidos da América há vários anos, onde hoje lidera um grupo de pesquisadores da área da Neurociência na Universidade Duke, em Durham.

Nesta entrevista (às 2:00:30 e ss), Miguel Nicolelis explica que “o cérebro humano funciona primeiro girando modelos, expectativas, para maximizar uma equação de custo/benefício”. Assevera ainda que “o cérebro tenta otimizar as escolhas, não sendo passivo ao interpretar as informações vindas do mundo exterior. Que o cérebro vai interpretando tais informações e, concomitantemente, vai criando

um modelo interno da realidade”. Tal afirmativa também vai ao encontro da Teoria da Escolha Racional – TER, explicada por Sen, como acima já vimos.

Noutro momento da mesma entrevista, Miguel Nicolelis, falando sobre controle externo das vontades e o agir dos seres humanos, afirma que:

“os conceitos como democracia, liberdade de expressão, como liberdade de imprensa estão na mesa hoje em dia, e que estão sendo desafiados sem a gente nem saber. Os nossos dados online são usados, são auferidos de graça, e eles são estudados, analisados, empacotados, recortados e vendidos por um lucro impressionante, norteados pelo *business plan* de várias empresas. Que as pessoas viraram, sob muitos aspectos, *commodities*.” (Nicolelis, às 2:28:05 e ss do podcast inteligência Ltda.)

Em outra parte da referenciada entrevista (às 2:38:40 e ss), Nicolelis afirma que a neurociência já provou a existência do que se chama (em tradução livre) de “consciência coletiva”, significando a sincronização dos cérebros de um dado grupo social. Afirma ainda que essa sincronização ocorre ou aumenta por estímulos externos, como programação visual e música.

Nicolelis (às 2:35:10 e ss) explicou que não existe telepatia porque o campo magnético do cérebro é muito pequeno; mas que já se provou cientificamente a existência de sincronização cerebral. Que a primeira prova foi obtida em laboratórios, com testes realizados em ratos. Que em 2013 ele e sua equipe publicaram a primeira interface cérebro/cérebro, em que um ratinho, num laboratório no Brasil, teve sua atividade elétrica-cerebral lida pelos neurocientistas quando executava alguns comandos a ele adestrados de apertar botões que acendiam luzes. Essa atividade elétrica-cerebral do ratinho brasileiro foi amplificada e enviada a um laboratório nos Estados Unidos da América, onde um outro ratinho recebeu esta atividade. O ratinho americano não tinha as luzes, mas somente os botões. O resultado é que o ratinho americano acertou os botões 70% (setenta por cento) das vezes. E foi aí que se constatou a possibilidade de conexão cérebro/cérebro, onde se constatou uma interação entre os dois ratinhos.

Assim, do ponto de vista da Neurociência, ficou provado o que se denominou de “consciência coletiva”, o que a Economia Comportamental e a Psicologia, há muito tempo, chamam de massa coletiva, e a teoria das ilusões financeiras de massa de contribuintes.

5. A teoria das ilusões financeiras e o princípio da efetividade

Se bem observarmos o que até aqui foi investigado, verificaremos – com certa facilidade, inclusive – que somente trabalhamos com institutos e teorias econômicas, psicológicas e neurológicas. Entretanto, como o próprio nome já diz, a teoria das ilusões financeiras se desenvolve num ambiente de entradas e despesas públicas, assim, tendo como pano de fundo o Direito Financeiro, que acaba por conter, na maioria das entradas, o Direito Tributário.

Assim, esta seção busca tratar da intrínseca relação, do diálogo, existente entre a teoria (econômica comportamental) das ilusões financeiras e o princípio (jurídico) da efetividade. Para tanto, torna-se necessário que antes saibamos conceituar, na seara jurídica, o que vem a ser o princípio da efetividade e distingui-lo dos princípios (também jurídicos) da eficiência e da eficácia, para que somente depois passemos a versar sobre o referenciado diálogo.

Pois bem, comecemos asseverando que, do ponto de vista constitucional, somente o princípio da eficiência é explicitado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), no *caput* de seu artigo 37, fato que de nenhuma forma diminui ou nega a existência dos princípios da eficiência e da efetividade. Estes dois últimos têm explicitação infraconstitucional, contudo não há nenhum embate em se afirmar que eles se encontram implícitos na CRFB/1988.

Dadas as explicações quanto às explicitações constitucionais ou não dos princípios acima tratados, passemos a conceituá-los um por vez, assim, possibilitando diferenciá-los entre si, o que nos permitirá enxergar com clareza a intrínseca relação da teoria (econômica) das ilusões financeiras com o princípio (jurídico) da efetividade, vejamos.

5.1. Diferenças conceituais entre eficácia, eficiência e efetividade

Nesta seção trataremos das diferenças conceituais entre os princípios da eficácia, da eficiência e, principalmente, da efetividade, além de investigar a existência de diversos graus de satisfação dos destinatários das políticas públicas, o que, em certa medida, é um facilitador para que a classe dominante engendre seus planos de

dominação sobre a classe dominada, juntamente com a assertiva de que a gama flexível de escolhas que podem ser feitas pela administração pública é gigantesca.

5.1.1. O conceito de eficácia

O princípio da eficácia orbita na dimensão do desempenho que se expressa pelo alcance dos objetivos ou metas, independentemente dos custos que se teve para o atingimento da política pública. Relaciona-se, pois, com o alcance de resultados previamente fixados.

5.1.2. O conceito de eficiência

O princípio da eficiência está na dimensão do desempenho que se consubstancia no processo em si, no meio de alcance das metas e objetivos. Trata-se do “fazer mais com menos” e no menor tempo possível, contudo, mantendo-se a qualidade desejada. Noutras palavras, o princípio da eficiência tem íntima relação com os planejamentos e métodos que buscam evitar o desperdício e a perda tempo.

5.1.3. O conceito de efetividade

O princípio da efetividade orbita na dimensão do desempenho que representa a relação entre os resultados alcançados e as transformações ocorridas.

Possui foco externo, porque leva em consideração o grau de satisfação dos destinatários das políticas públicas ou da norma, ocorrendo, portanto, uma análise crítica dos seus impactos. Está ligado à ideia de agregação de valores.

É a dimensão do desempenho que representa a relação entre os resultados alcançados, as transformações ocorridas e o grau de satisfação das pessoas que são impactadas por aqueles resultados. Daí é possível afirmar que não há como ser efetivo sem alcançar eficácia; mas o fato de se obter a eficácia e eficiência, por si só, não garante o alcance da efetividade. Observemos o quadro abaixo:

EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE
-----------------	-------------------	--------------------

CUSTO	RESULTADO	IMPACTO
relação custo-benefício	cumprimento de metas	transformação da situação existente
otimização do tempo	atingimento de objetivos	mudança e desenvolvimento
mínimo de perdas e/ou desperdícios	realização do que foi proposto	participação social na formulação da política pública
atenção à qualidade	respeito aos cronogramas	avaliação do grau de satisfação dos destinatários
utilização racional e produtiva dos recursos	raras alterações de projetos	relação entre produção e capacidade de produzir

Fonte: quadro elaborado pelo autor deste trabalho.

Desta forma, ao nosso sentir, seria necessário que a administração pública, quando da valoração do bem ou serviço a ser entregue à sociedade, deveria fazê-lo levando em conta qual o seu destinatário final, isto porque um mesmo bem ou serviço pode receber uma valoração diferente de diferentes grupos sociais, assim, impactando com maior ou menor intensidade em dado grupo, conforme suas cargas histórica e cultural. Isto denotaria efetividade.

Contudo, é justamente por conta desta enorme gama flexível de escolhas que podem ser feitas pela administração pública e, por conseguinte, fazendo surgir uma quantidade enorme de graus de satisfação dos destinatários das políticas públicas, da norma ou do serviço público, que facilita à classe dominante, por intermédio de agentes políticos ou servidores de alto escalão, engendrar artifícios sutis ou mascarados, de ordem tributária e/ou financeira, que interferem na percepção e valoração das políticas públicas, normas e serviços públicos pela classe dominada.

A mutabilidade e o alto grau de complexidade desse (nas palavras de Puviani) “sistema misterioso” abre um enorme espaço de manobras, muitas das vezes,

ardilosas, inclusive, que facilitam as ilusões, seja na carga tributária suportada pela massa de contribuintes, seja na execução de obras ou prestação de serviços públicos. É por isso que o princípio (jurídico) da efetividade dialoga com a teoria (econômico-comportamental) das ilusões financeiras de Puviani.

6. A teoria das ilusões financeiras e a teoria do realismo escandinavo

Começamos esta seção buscando lastro em Robert Alexy (2020, p. 101), que afirma que “uma norma é socialmente válida quando é observada ou quando sua não observação é punida”. Nesta frase encontramos duas afirmações: i) para que uma norma seja socialmente válida deve ela ser observada pela sociedade; e ii) que a não observação dessa norma acarreta punição para quem não a observou.

Desta feita, podemos asseverar que as afirmativas acima elencadas guardam relevância no âmbito da teoria das ilusões financeiras; mas que a primeira tem mais conexão e diálogo com a sutileza ou maquiagem necessárias ao agir (ou não agir) do governo no âmbito do orçamento, que se instrumentaliza por lei ordinária, norma que também deve ser validada, isto é, também observada pela massa de contribuintes.

Com efeito, quanto maior a sutileza no agir governamental (ou no não agir); quanto melhor a maquiagem orçamentária, mais fácil será a validação da política pública, da norma ou do serviço público por parte da massa de contribuintes. É que tal validade também se relaciona com o estado psicológico dos destinatários da política pública, da norma ou do serviço público, daí a intrínseca relação, o diálogo entre a teoria do realismo escandinavo com a teoria das ilusões financeiras de Puviani.

Neste viés, Marcelo Machado Costa Lima explica o seguinte:

o realismo escandinavo é um importante movimento jurídico da primeira metade do Século XX, que legou ao mundo jurídico importantes construções teóricas, a partir da tese de Axel Hägerström, considerado o iniciador do movimento realista escandinavo com a chamada “tese da realidade. (LIMA, 2016, p. 203).

Lima (2016, p.203) continua sua explicação afirmando que Hägerström desenvolveu a denominada “tese da realidade”, que defende que “a única realidade passível de conhecimento, e por isso possível, é a empírica, estabelecida na dimensão espaço-tempo.”

Para a teoria do realismo escandinavo, a validade da norma também tem uma dimensão que se consubstancia num tipo de força que reside no psicológico de seus destinatários. Sobre o tema, Lima assim expende:

Para os realistas escandinavos, a validade - ou força vinculativa, ou ainda a obrigatoriedade - é, na verdade, uma noção puramente imaginária, que se refere a uma realidade que existe na imaginação dos homens e que deriva de uma objetivação do sentido interno de coerção psicológica, com vistas a fazer com que o indivíduo atue de certo modo, e não de outro. Isso concede a essa validade, como força vinculante uma importância primordial, pois sem a sua ação em nível psicológico a existência da sociedade e do Direito não seriam possíveis. [...]

Além da força sancionatória e da eficácia, os realistas escandinavos observam outra dimensão no Direito: “a dimensão psicológica”. Ou seja, sem o senso de dever, sem as convenções humanas e o elemento psicológico, o Direito despenderia uma energia excessiva para se impor. Como veremos depois, essa ideia será desenvolvida em outras tradições, como por exemplo, por Habermas, tentando reforçar a ideia da necessária conexão entre a adesão psicológica às normas e o seu cumprimento no mundo fático, o que aproxima os conceitos de validade normativa e legitimidade. (LIMA, 2016, p. 204).

Lima sustenta, ainda, que o pensamento realista escandinavo tem argumentos suficientemente capazes de conectar validade e legitimidade. Esta conexão se deve ao fator psicológico de aceitabilidade da norma. Vejamos:

Como já é possível observar, para os juristas escandinavos, o gênero validade está sempre correlacionado à obrigatoriedade das normas, a qual se origina no sujeito a partir de um efeito psicológico do regular funcionamento da máquina estatal.

Mais uma vez é possível observar que os realistas tendem a aproximar a concepção de validade a uma perspectiva que reafirma a necessidade de reconhecimento da juridicidade também por certa adesão interna do destinatário ao conteúdo normativo. (LIMA, 2016, p. 205-207).

Isto porque as políticas públicas positivas são exteriorizadas no mundo jurídico pelas normas (leis de cunho orçamentário ou tributário), que, em suma-síntese, preveem receitas e fixam despesas ou criam, revogam ou alteram as obrigações tributárias, sejam elas principais ou acessórias.

Essa condição psicológica de aceitabilidade da norma (onde se encontra a política pública financeira e/ou tributária) que faz com que os seus destinatários não

tensionem o regramento posto, também deve ser levada a efeito quando da formulação das políticas públicas.

O que deveria acontecer, levando-se em conta o princípio da transparência, é que o Estado, na fase de elaboração de suas políticas públicas, deveria primar pela participação popular e as cargas histórica e valorativa dos destinatários, bem como seus sentimentos de pertencimento deveriam ser levados em consideração. Com efeito, se tais providências fossem tomadas, sob a perspectiva da efetividade, acarretariam a elevação dos índices de satisfação dos destinatários daquelas políticas públicas de forma verdadeira e não, mais das vezes, ilusória.

É com este leque complexo e mutante de opções que a classe dominante, por intermédio dos governos, se põe, comissiva ou omissivamente, na busca da consecução de seus interesses, para tanto fazendo com o que os governos utilizem o ferramental, truques e desenhos tributários próprios às ilusões financeiras.

7. Transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara eleitoral

Além da teoria de Puviani em essência, com o tempo, se percebeu que a classe dominante também passou a usar os argumentos e instrumentos de sincronização cerebral na seara eleitoral, buscando influenciar o voto da massa de contribuintes (agora massa eleitoral). A classe dominante escolhe qual(is) seria(m), para ela, o(s) melhor(es) agente(s) político(s), e investe operacional e, principalmente, financeiramente, em sua(s) eleição(ões).

Hoje não há campanha estruturada que não utilize tais instrumentos de sincronização. Assim, ousamos denominar tal fenômeno de “ilusões eleitorais”, que, em tese, antecede às ilusões financeiras.

Nos parece que esse financiamento feito pela classe dominante ao(s) candidato(s) escolhido(s) o(s) torna(m) devedor(es) de favor(es) que será(ão) certamente cobrado(s) durante os quatro anos de mandato(s) do(s) vencedor(es) do(s) pleito(s).

Rodrigo da Cunha Henriques (2019, p. 4) explica que mesmo sendo a Economia Comportamental uma matéria relativamente nova. Já é possível asseverar que a maioria das pessoas decidem com base em experiências pessoais, hábitos e

regras práticas simplificadas que buscam rapidez no processo decisório, sendo possível, então, compreender e modelar tais decisões de forma objetiva.

Henriques (2019, p. 4), então, sustenta que a economia comportamental, combinando “dados teóricos e empíricos a partir da conjugação das ferramentas da Psicologia, da Economia, de Direito e de Políticas Públicas”, permite uma abordagem unificada ao processo decisório relativamente ao voto. Trata-se, segundo ele, do estudo da “Economia Comportamental e a Importância do Voto”.

E mais. Entendendo-se esta transmutação como uma faceta do desenvolvimento da Economia comportamental, não podemos esquecer que o conceito de *nudge*, desenvolvido por Thaler e Sunstein (2008), impulsionou significativamente o debate sobre a aplicação dos instrumentos deste campo tanto na construção de políticas públicas, quanto na estratégia de campanhas eleitorais, em especial por parte daqueles que já exercem o poder.

Com efeito, é insofismável a assertiva de que a chamada “arquitetura da escolha” está fortemente presente na formulação das estratégias de campanhas eleitorais. O potencial de manipulação e a desvalorização da autonomia dos indivíduos, na seara eleitoral, é um fato. Não à toa a atual grande preocupação da Justiça Eleitoral é com as fakes news¹, que também podem ser consideradas como instrumentos (ilegais) de manipulação.

Nesta esteira, sobre fakes news e o ambiente virtual, é importante trazer o pensamento de Bounegru, Gray, Venturini e Mauri, sintetizado nas palavras de Mariana Flores Pinto, Adriana Sbicca e Lucas Casonato, vejamos:

Para Bounegru et al. (2018) o fenômeno das fake news tem caráter contextual, relacionando a infraestrutura de mediação às plataformas e as culturas em que as notícias falsas estão inseridas. Para tais autores não há como desvincular as fakes news do ambiente de circulação e recepção online porque ele potencializa sua difusão, e é exatamente essa possibilidade que faz dela uma fake news,

¹ O problema com o fenômeno das fakes news se demonstrou cada vez mais relevante depois das eleições de 2016 nos Estados Unidos da América, em especial, com a desconfiança de ter influenciado o pleito que elegeu Donald Trump presidente (ALLCOTT e GENTZKOW, 2017). Outros países também se depararam com o gigantesco compartilhamento de fakes news nos últimos anos. Como toda a imprensa divulgou à época, as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, por exemplo, foram dominadas pela disseminação de informações falsas pelas redes sociais (PEREIRA et al., 2018). O problema das fakes news não ficou restrito ao campo eleitoral, também esteve bastante ativo no campo científico, em especial com o terraplanismo e com a saúde, inclusive fazendo com que houvesse um retrocesso na cobertura vacinal, levando a mortes por doenças que já haviam sido erradicadas no Brasil, como o sarampo, por exemplo. (PAIVA, 2019).

contemplando não só forma e linguagem, mas todas as características que embasam as notícias e facilitam a propagação. O debate sobre fake news tem ganhado amplo espaço na mídia, inclusive produzindo iniciativas de governos, redes sociais e população para combater a produção e o compartilhamento/disseminação de notícias falsas. No Brasil, surgiram plataformas como o Aos Fatos (AOS FATOS, 2015) e o Comprova (LUDTKE, 2018), que contam com apoio e investimento de empresas como Google e o Facebook. Na esfera pública, a iniciativa do governo foi a criação do programa Saúde Sem Fake News (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Dessa forma, não há como negar que as fakes news, principalmente dentro de redes sociais online – porque potencializadas suas difusões – podem facilmente se transformar em instrumento ilusório, no que tange à teoria das ilusões financeiras de Puviani, transmutada para a seara eleitoral.

Vejamos interessante matéria jornalística publicada por Benito Salomão, no Jornal Correio Braziliense, em 12/07/2022 acerca da taxonomia Spend-Tax e a economia brasileira:

Em função dos efeitos perniciosos da inflação sobre a renda das famílias e da proximidade com o primeiro turno das eleições, o governo encaminhou e o Congresso avalizou mais um pacote fiscal contendo “bondades”. A PEC 16/2022 aprovada no Senado e em revisão na Câmara dos Deputados prevê transferências de renda para setores da sociedade que somadas, podem custar mais de R\$40 bilhões aos cofres públicos. A medida, abre uma prerrogativa perigosa de extrapolar regras fiscais e eleitorais motivada pelos objetivos eleitorais do governante de plantão.

A criação de benefício em ano eleitoral afronta a legislação eleitoral que veda tal comportamento. Isso porque expansões fiscais em períodos próximos das eleições causam assimetrias de forças entre situação e oposição em um pleito eleitoral. Buchanan e Wagner, no clássico livro de 1977, *Democracy in Déficit: The Legacy Economic of the Lord Keynes*, chamam a atenção para este fenômeno. Os autores sustentam que déficits públicos apresentam seus benefícios (como elevação nos níveis de emprego e renda) a curto prazo, porém seus custos ocorrem mais a longo prazo e, portanto, quando contratados às vésperas de eleições, desequilibram as forças do jogo democrático.

Dentre os custos dos déficits fiscais, Dornbush e Edward (1990) listam no clássico ensaio *Macroeconomic Populism* alguns desequilíbrios macroeconômicos como déficits externos; volatilidade na taxa de câmbio; inflação e expansão de juros no curto e longo prazo.

Entretanto os custos não param por aí, déficits fiscais levam à ampliação a posteriori do tamanho dos governos. Retornando à literatura clássica, Adolph Wagner (1890) estilizou uma tendência das democracias contemporâneas de absorverem demandas sociais em seus orçamentos. Portanto, o orçamento do governo tende a crescer

acima da renda nacional, o que ficaria consagrado na literatura como Lei de Wagner.

Décadas mais tarde, Peacock e Wiseman (1961) retornam ao tema e após ampla análise da política fiscal no Reino Unido e concluem que o tamanho do governo está relacionado com a dinâmica do gasto público. Em outras palavras, na visão destes autores, é o lado das despesas que causa uma ampliação do tamanho dos governos pelo lado dos impostos. Surge assim a taxonomia Spend-Tax.

Já em 1978, Milton Friedman retorna ao tema e atesta, em um ensaio que discutia regras fiscais na economia estadunidense, que o governo só poderia gastar recursos tributários disponíveis. E que, na ausência de disponibilidade de recursos tributários que permitissem a ampliação de despesas, por mais meritórias que pudessem parecer, seria preciso “starve the beast”, que em tradução livre significa “deixar que a fera morra de fome”. Surge, com isso, a clássica taxonomia Tax-Spend.

A economia brasileira é, segundo a evidência empírica disponível, enquadrada na taxonomia Spend-Tax. Isso está relacionado com o quadro normativo da política fiscal cujo crescimento inercial das despesas públicas, somado às restrições quanto a cortes de despesas, pressiona a longo prazo o crescimento da carga tributária.

Em ensaio recente, aceito para publicação no periódico argentino *Estúdios Econômicos*, eu e o Prof. Cleomar Gomes do (PPGE-UFU) buscamos enquadrar a política fiscal brasileira em uma das taxonomias supracitadas. Nossos resultados a partir de estimações de modelos não lineares, sugerem que a economia brasileira é Spend-Tax para a relação entre receitas tributárias; despesas primárias totais e despesas primárias obrigatórias. Porém, pode ser considerada como Tax-Spend no caso da relação entre receitas e despesas discricionárias, dentre as quais, o investimento público.

As conclusões do nosso ensaio mostram que o cenário fiscal brasileiro é bastante pernicioso. Isso porque as despesas obrigatórias pressionam, a longo prazo, as despesas primárias totais e as receitas tributárias. Entretanto, as despesas discricionárias dependem do crescimento de receitas para poderem também crescer. Estas rubricas de despesas são fundamentais para acelerar a trajetória de crescimento da economia brasileira, pois contemplam investimentos públicos e transferências diretas às famílias de baixa renda com elevada propensão a consumir. Utilizando a terminologia técnica, as despesas discricionárias têm elevado efeito multiplicador.

Para Alessandro Manoel da Silva e Rafael da Silva (2019), é evidente o impacto da economia no envolvimento do eleitor brasileiro com a Política, sob à perspectiva do voto. É o chamado “voto-econômico”, que é um modelo de comportamento eleitoral, ou seja, um modelo de voto², que tem por base a teoria da escolha racional. Neste modelo, além do carisma do candidato, o voto é muito relacionado com grau de

² Além do modelo de voto, também existem o modelo sociológico e o modelo sociopsicológico, que também podem ser utilizados como ferramentas ilusórias no âmbito da teoria das ilusões financeiras de Puviani.

desenvolvimento econômico da região onde ocorre a eleição. O voto-econômico também é presente no Brasil, o que corrobora mais ainda a assertiva da transmutação da teoria das ilusões financeiras de Puviani para a seara eleitoral.

João Heliofar de Jesus Villar, Júlio César de Aguiar e Benjamin Miranda Tabak (2017, p. 38-39) afirmam que “existe uma cultura de transgressão no processo eleitoral brasileiro e que essa realidade pode ser vista com mais clareza a partir do referencial teórico da economia comportamental.” Demonstram que “a cultura de financiamento ilícito de campanha existente no Brasil cria um ambiente propício à transgressão, no qual os atores do processo eleitoral se sentem autorizados a praticar desvios para competir com chance de sucesso nas eleições.” Afirmam, ainda, que “o arsenal normativo criado para reprimir desvios não alcança eficácia.”

Villar, Aguiar e Tabak (2017, p. 53) também sustentam suas afirmativas com a teoria de que o homem médio tem uma tendência à desonestidade ou trapaça. Que se uma determinada “pessoa dispuser de uma oportunidade de obter certo ganho trapaceando, sem custo considerável, dificilmente deixará de fazê-lo.” Tais autores, fortes em Dan Aryely (2012), explicam que “o senso de ética de cada indivíduo teria uma certa flexibilidade, o que permitiria uma margem de manobra, uma linha divisória mais elástica do que a ética tradicional, (...)”.

Nesta toada, Henriques tem a seguinte posição:

Dessa maneira, é possível perceber que os eleitores e os políticos são como os consumidores que manifestam diferentes comportamentos face às diferentes estruturas de estímulos e incentivos nos variados contextos das escolhas públicas e privadas, aproximando assim o *Homo Politicus* do *Homo Economicus*. (Henriques, 2019, p. 18).

Também merece destaque a assertiva de que, por vezes, escolhas Públicas não estão comprometidas com os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública. Não raro é possível identificar escolhas governamentais, calçadas em informações assimétricas, que aumentam as falhas na prestação de serviços públicos, na execução de obras públicas ou, até mesmo, criando ou aumentando falhas no mercado (privado), com o único propósito de alcançar uma meta eleitoreira.

Ademais, segundo Henriques (2019, p. 26), “a maioria das pessoas parece pensar que o dever de votar é específica e literalmente um dever, ao contrário do que seria de esperar, ou seja, de ser um direito votar pela sua consciência e pelo que pretende de um modo particular”. Daí podemos deduzir que quando o voto é tido como um direito, ele é mais pensado, maturado pelo eleitor, surgindo nele uma resistência natural às influências externas quando de sua tomada de decisão; mas, ao revés, quando o voto é tido como um dever, uma obrigação, o eleitor fica mais vulnerável às investidas enviesadas e ilusórias de quem queria usurpar sua autonomia decisória.

Noutro giro, cumpre salientar que existe quem defenda, como demonstra Hasen, nas palavras de Henriques, a possibilidade de se alienar o voto, mas que tal possibilidade somente seria economicamente eficiente se houvesse igualdade quantitativa na compra por parte de grupos opostos, vejamos:

Da mesma forma que pode ser tolerável que os ricos comprem votos de forma a levarem a resultados políticos que favoreçam os que têm maior poder de compra assim como terem as políticas que desejam. No caso de ser possível este tipo de comportamento, a compra de votos de igual montante por parte de grupos opostos com maior capacidade financeira, pode gerar alguma eficiência económica, mantendo-se assim um equilíbrio. O problema surge quando um dos lados tem mais poder que o outro, seja a nível económico, seja a nível militar. No entanto, existe quem descredibilize a possível eficiência económica com argumentos de inalienabilidade do voto, uma vez que afirmam que os votos pertencem à comunidade como um todo e, como tal, não devem ser alienáveis pelos eleitores individuais. Assim, os votos devem seguir sempre o interesse público e não o interesse individual dos mais ricos ou dos que compram os votos de forma a ter mais poder, seguindo assim a norma de que os votos não devem ser comprados. (Hasen, 2000, p. 1323–137, *in* Henriques, 2019, p. 42).

Assim, resta claro que a obrigação de votar também é um facilitador para a utilização de ferramentas e argumentos ilusórios no eleitorado. E aqui, esclareça-se, não discuto a obrigatoriedade do voto como violador de qualquer tipo de princípio³; mas, contudo, como um exemplo, é certo que no transcurso do eleitor de sua morada até sua zona eleitoral, fica ele, sim, mais exposto e sensível às investidas daqueles

³ Em 1971 o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem entendeu que o voto obrigatório não viola a liberdade de pensamento uma vez que mesmo sendo obrigatória a presença do eleitor, o ato de votar continua a ser livre, existindo sempre a possibilidade de se manifestar votando em branco ou nulo.

que queiram ou venham a ser pagos para utilizar um argumento (ou promessa) ou outro ferramental ilusório.

E não é só. Com certa frequência temos notícias acerca da elaboração de cadastros, ainda que informais (que, inclusive, pedem o número do título de eleitor e zona eleitoral, pasmem!), por parte de certas administrações públicas ou parlamentares, com a falácia de que os dados do cidadão (eleitor) serão utilizados para formulação de políticas públicas ou como sendo parte de algum procedimento que o possibilitaria acessar serviços ou bens públicos.

Promessas de extinção ou redução de tributos, isenções, anistias, remissões, moratórias, parcelamentos ou qualquer outro tipo de benefício fiscal, crédito ou financeiro, visando fins eleitorais, são bastante comuns na imprensa brasileira, principalmente em entes de menor porte e capacidade econômica. O fato é que boa parte do eleitorado acredita no ferramental ilusório por não conhecer as funções e as limitações constitucionais e legais dos mandatários e parlamentares brasileiros. Desconhecem os ditames elencados, por exemplo, nos arts. 150, § 6º e 165, § 6º da CRFB/1988; nos arts. 12 e 14 da LRF; nos arts. 152 a 156, 171, 172, 175 a 182, todos do CTN.

Também não é raro se verificar que as escolhas de locais a receber obras e serviços públicos são pautadas prioritariamente pela quantidade de eleitores que residem e votam naquela região.

O tipo de obra também impacta na escolha dos governantes. Por exemplo, obras de infraestrutura são recorrentemente evitadas ou proteladas, porque, além de muito caras, não ficam guardadas na memória do eleitorado por muito tempo. Em regra, ficam debaixo da terra e são logo esquecidas, somente sendo lembradas (ao menos em terras fluminenses) quando as águas de março que fecham o verão dão o ar da graça. Aí é, literalmente, um mar de reclamações, lixo e água suja. Mas passa... março não tem eleição. Nada que uma obra de maquiagem (ilusória) não resolva, ao menos até a próxima chuva forte.

As pesquisas eleitorais também podem ser utilizadas como instrumento ilusório, porque podem influenciar parte do eleitorado em sua escolha, seja no “votar em quem está ganhando”, seja no chamado “voto útil”. O fato é que tais pesquisas são caras, facilitando, desta forma, a possibilidade de seu controle pela classe

dominante, seja na sua periodicidade, qualidade e/ou abrangência. Por mais que as pesquisas eleitorais necessitem de registro na Justiça Eleitoral em dados períodos, demonstrando, inclusive, a sua metodologia, isso não garante o seu acerto e lisura. Aliás, algumas eleições no Brasil, em certa medida, foram marcadas por surpresas nas urnas.

Resta ainda destacar o que ensina Nuno Crato (2008), quando faz menção aos estudos de Donald Gene Saari, matemático da Universidade da Califórnia, que foram dedicados à investigação dos problemas eleitorais. Saari demonstrou que pequenas mudanças em qualquer sistema eleitoral podem produzir enormes alterações nos resultados das eleições.

Como senão bastasse, o Professor Doutor em Psicologia, o israelense Daniel Kahneman (2022, em matéria feita por Erica Martins), prêmio Nobel de Economia e referência mundial em Economia Comportamental, numa conferência em São Paulo, afirmou que algoritmos enviesados facilitam a polarização política tanto nos Estados Unidos, como em outros países.

Kahneman deu como exemplo uma pessoa que é a favor da pena de morte e, por consequência, é frequentemente exposta a dados que estão em linha com o seu modo de pensar. “Essas pessoas não obtêm informações que estão fora da sua própria bolha”, disse o professor. As afirmações feitas por Kahneman corroboram a assertiva de que é plenamente possível a transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara eleitoral.

Rodrigo Caldeira de Almeida Martins, em sua tese de doutoramento em Portugal, afirma o seguinte:

[...] nas últimas décadas, os factores explicativos do comportamento de voto têm sido amplamente debatidos e modelados por áreas como a Economia, a Ciência Política, a Sociologia e a Psicologia, contribuindo cada uma delas com a sua perspectiva particular para a compreensão do tema. (MARTINS, 2010, p. v)

Martins (2010, p. v) prossegue afirmando que a “visão económica do comportamento eleitoral é sustentada, essencialmente, pela íntima ligação existente entre condições económicas e bem-estar das populações, (...)”. Ora, se assim o é, não são necessárias maiores digressões para, repita-se, se enxergar com clareza a

possibilidade de transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara eleitoral. Já sobre a teoria racional do voto, Martins explica o seguinte:

A análise do comportamento de voto, segundo os parâmetros da teoria da decisão, tem sido a abordagem teórica mais relevante, e igualmente a mais controversa e debatida visão deste fenômeno comportamental. Hoje em dia, incorpora muito mais do que a mera racionalidade tradicional, tendo-se desenvolvido e estendido em várias direções. [...] (MARTINS, 2010, p. 19).

Anderson Mattozinhos, em artigo digital publicado em outubro de 2018, trabalha com a possibilidade de processos eleitorais criarem oscilações no mercado financeiro e que o inverso também é uma possibilidade, ou seja, que o mercado financeiro possa, de alguma forma, intervir no processo eleitoral, sempre orientado para obtenção de lucros e resultados financeiros positivos e não por ideologias ou paixões políticas, vejamos.

É compreensível que processos eleitorais produzam oscilações no mercado financeiro. Isso porque em economia, tal como em nossa vida cotidiana, as expectativas em relação ao futuro moldam nosso comportamento e nossas decisões sobre aquilo que devemos fazer. Em relação a investimentos acontece mais ou menos a mesma coisa.

[...]

O contrário acontece também. Se um candidato que não seja visto como mais favorável ao mercado está na liderança nas pesquisas, o mercado cria uma expectativa ruim para o futuro. Como resultado, o mercado financeiro tende a precificar mais risco. Com isso, os investidores tendem a sair do mercado liquidando suas posições e fazendo com que o mercado apresente resultados em queda. (MATTOZINHOS, 2018).

Roberta Muramatsu, em artigo publicado em 11/08/2016, no Blog Economia Comportamental, intitulado “Economia comportamental e economia da escolha pública: um caso de trocas mutuamente benéficas”, citando Raj Chetty, conclui o seguinte:

[...] no Encontro Anual da Associação Econômica Americana (American Economic Association), o economista Raj Chetty (2015) sugeriu que uma implicação importante da Economia Comportamental para a política pública é que ela oferece ferramentas (opções automáticas de escolha entre outras diversas arquiteturas de escolha) capazes de influenciar e eventualmente mudar o comportamento das pessoas. Segundo o próprio autor, tais insights para o desenho de políticas públicas abrem espaço para interferências sutis, que

contribuem para melhorar os resultados das políticas e ajudar as pessoas a buscarem o que realmente desejam para si próprias no longo prazo.

[...]

A Teoria da Escolha Pública é um arcabouço que se inspira nos insights da economia neoclássica para explicar o comportamento dos indivíduos na esfera do governo (Tullock *et al* 2002, p. 3). Essa perspectiva assume que as pessoas são sempre as mesmas, motivadas pelos seus próprios interesses, ainda que seus comportamentos possam ser distintos quando estão em ambientes privados ou públicos. Isso implica a visão de que os eleitores, políticos, burocratas e reguladores são como os consumidores que exibem apenas diferentes comportamentos em resposta às diferentes estruturas de incentivos nos variados contextos das escolhas públicas e privadas. (MURAMATSU, 2016).

Desta feita, interligar a Economia Comportamental com a teoria da escolha pública e a teoria das ilusões financeiras tornou-se uma necessidade, que tem por finalidade investigar e elaborar uma análise crítica acerca de tomadas de decisões enviesadas, que tenham como única finalidade a obtenção do maior número de votos possível para determinado(s) candidato(s), assim, causando fortes interferências no ambiente decisório dos eleitores.

7.1. O conceito de epistocracia e os seus testes laboratoriais como forma de se evitar a influência das ilusões financeiras no eleitorado

O conceito de epistocracia se consubstancia na assertiva de que somente poderão exercer o direito ao voto aqueles que tiverem um certo grau de conhecimento sobre competências políticas, Ciências Sociais e que não sejam pessoas tendenciosas o quanto possível, conforme a elaboração de David Estlund (2003, p. 53-70).

Desta forma, seria possível, por exemplo, estabelecer que os eleitores com nível superior tivessem um peso maior em seu voto em relação àqueles que não possuem tal grau de escolaridade. Da mesma sorte, seria possível negar o direito ao voto àqueles que não tivessem concluído a educação básica. Os valores dos votos seriam medidos pelo grau de conhecimento político que cada eleitor tivesse.

Os que defendem a epistocracia usam o argumento do combate à incompetência democrática. Sustentam, ainda, que a democracia, do jeito que é hoje, incentiva o eleitorado a não valorizar o seu direito ao voto, por vezes alienando-o, como se mercadoria fosse. Nas palavras de Caplan (2007), os conhecimentos político e científico social do eleitorado fazem uma enorme diferença em como esse eleitorado vota, apoiando tais ou quais políticas públicas.

Os que defendem a epistocracia acreditam que ela, dentre outras coisas, restringiria o uso de instrumental ilusório, bem como a incompetência democrática.

Outro argumento que busca validar a epistocracia, é que ela legitimaria as decisões políticas, uma vez que seriam tomadas com competência e boa-fé, tais quais, por analogia, as decisões tomadas pelos tribunais.

Cumprir salientar, entretanto, que a epistocracia já foi testada em laboratório, sempre em circunstâncias e ambientes controlados. Em laboratório, a epistocracia frequentemente gera melhores resultados políticos que a democracia, posto que eleva a confiabilidade média dos que tomam as decisões políticas.

Neste contexto, os cientistas políticos Lu Hong e Scott Page (2004, p. 16385-16389) formularam um teorema matemático que demonstra, sob certas condições, a diversidade cognitiva entre os participantes de uma decisão coletiva, contribuindo bastante para que o grupo tome a decisão mais inteligente.

Todavia, é fácil supor que no Brasil seria extremamente difícil adotar a epistocracia, haja vista sua extensão territorial, densidade populacional e diversidade cultural. Com efeito, encontrar as “condições certas” para a utilização correta da epistocracia neste caso seria quase impossível.

8. Transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara mercadológica

É na Economia onde encontramos o estudo do mercado relativo ao estabelecimento de preços de produtos, mercadorias e de serviços, ou seja, é a ciência onde se explica a geração dos preços dos produtos, mercadorias, serviços e dos fatores de produção.

Na segunda metade do século XX, a Economia e a Sociologia se depararam com uma então nova teoria, a TER, que, como já visto, significa “Teoria da Escolha Racional”. Com esta teoria veio a ideia do *Homo Economicus*, este sendo orientado pela decisão racional e pela satisfação de seu interesse pessoal, tendo como prioridade a maximização dos seus benefícios individuais.

Todavia, Herbert Simon (1955, p. 99-118) formulou uma teoria que assevera que a mente humana possui diversas limitações cognitivas e restrições relacionadas ao processamento de informação, assim, impedindo-a de absorver e aferir toda a informação que esteja disponível. Destas observações surgiu a terminologia chamada de “Racionalidade Limitada”.

No campo da Psicologia Econômica foram nos idos dos anos 70 onde começaram estudos mais frequentes relativos ao processo decisório e o comportamental dos agentes econômicos. Naquela altura, então, a academia como um todo, viu a necessidade de estudos específicos sobre a memória, a resolução de problemas e a tomada de decisão.

Foi neste contexto que se desenvolveu a Economia Comportamental, tratando-se de área que investiga o entrelaçamento de fatores psicológicos e o comportamento econômico, desta forma possibilitando um estudo profundo das implicações para o mercado, ou seja, das implicações que consumidores e empresas podem estar sujeitos, em diversos níveis, às influências psicológicas.

Já no âmbito da Propaganda e do Marketing, a tônica é a mesma. Estratégias de marketing são elaboradas para induzir o cidadão a tomar uma decisão que não partiu originariamente dele. Neste sentido, vejamos os apontamentos de Roberta Muramatsu:

A regulação dos mercados e as iniciativas de mudanças nos comportamentos individuais têm crescido exponencialmente em todo o mundo. Muitas intervenções – regulação de produtos financeiros, alteração de preços de bens de alimentos gordurosos e propostas de controle de consumo de sal e bebidas alcoólicas – vem sendo legitimadas pelas contribuições da Economia Comportamental. A promessa é avançar nosso entendimento sobre a racionalidade limitada e os contextos de erros decisórios persistentes dos agentes, alvos das políticas públicas e regulação. As chamadas leves intervenções paternalistas também conhecidas como *nudge*, i.e., sugestões de padrões decisórios que não violam a liberdade de escolha dos indivíduos porque as opções disponíveis são mantidas.

As últimas são justificadas pelas consequências para o bem-estar individual e social associadas a determinados padrões de comportamento irracionais observados no mundo econômico real. (MURAMATSU, 2016).

Mas não é só. A transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara mercadológica não se limita à utilização de leves intervenções paternalistas (*nudge*), que são, em essência, sutis ou aos desenhos tributários que buscam mascarar a real carga tributária de determinado produto, mercadoria ou serviço.

A classe dominante se especializou tanto na transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara mercadológica, que levou os argumentos e mecanismos ilusórios para além da tributação. Trago aqui dois exemplos que, acredito eu, comprovarão essa assertiva. O primeiro é o comando contido na Lei Estadual nº 6.890, de 18 de setembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção quinquenal de segurança nas instalações de gás das unidades residenciais e comerciais supridas por gases combustíveis no Estado do Rio de Janeiro.

Essa inspeção abrange todas as instalações e as peças que compõem os equipamentos referentes ao sistema de fornecimento de gás natural em fogões e aquecedores, cujos procedimentos para a inspeção a cada cinco anos são determinados pelas Instruções Normativas emitidas pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera, que assinou, em 19 de março de 2018, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com os núcleos de defesa do consumidor do Ministério Público do Estado do Rio e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, regulando tal implementação.

Assim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio – Agenera estabeleceu novos procedimentos para a vistoria periódica quinquenal das instalações a gás natural canalizado nas residências e prédios comerciais. Por meio da Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 073, de 22 de agosto de 2018, a Agenera alterou atribuições contidas na regulamentação do referenciado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o que culminou na revogação da Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 072.

Com a nova regulamentação, as vistorias de segurança periódicas quinquenais nas instalações de gás encanado e aquecedores com “Habite-se” aprovado pelo

Decreto Estadual nº 23317/1997 (Regulamento de Instalações Prediais – R.I.P.) **serão inspecionadas pelas empresas acreditadas (credenciadas)**, utilizando critérios técnicos do R.I.P., conforme dispõe a Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 073/2018.

Já os imóveis com projetos de instalações de gás encanado e aquecedores aprovados para fins de “Habite-se” com base nos critérios da ABNT, definidos pela Lei Estadual nº 6890/2014, **serão vistoriados pelas empresas inspetoras acreditadas (credenciadas) por meio das normas da ABNT**, conforme dispõem as Instruções Normativas AGENERSA CODIR nº 47 e nº 48, emitidas em 2015.

A legislação estabelece que os clientes que tiveram as instalações dos seus imóveis reprovadas por não atender às normas da ABNT serão revisitados para serem inspecionados pelo R.I.P., cujos critérios técnicos de aceitação e ocorrências baseados no regulamento estão disponíveis nos quatro anexos da Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 073/2018.

A Ceg e Ceg Rio são as empresas inspetoras acreditadas (credenciadas) para fazer a vistoria quinzenal e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) continua a ser o órgão acreditador (credenciador) das empresas interessadas a realizar as inspeções de segurança quinzenal.

O argumento utilizado para que o privado (nicho de mercado) pudesse prestar o serviço de inspeção foi, principalmente, a falta de conscientização dos consumidores e as dificuldades para cumprimento da inspeção de segurança quinzenal nas instalações de gás canalizado nas residências e prédios comerciais.

Segundo a interpretação dada à Lei Estadual nº 6.890/2014 pelo referenciado TAC, a primeira vistoria quinzenal deve ser realizada até 22 de março de 2023. **A inspeção periódica, abrangerá não só as instalações de gás canalizado, mas também as que utilizem GLP em botijões.** Então, é correto afirmar que o mercado que foi criado é gigantesco, e lembrando que a negativa de inspeção ou a inadequação das instalações podem gerar multas estatais. Perceba, então, que estamos diante de um exemplo de transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara mercadológica. Uma espécie de aperfeiçoamento ou ampliação do ferramental ilusório, que não fica mais restrito aos campos tributário e financeiro.

O segundo exemplo fica no plano das tentativas, porque não chegou a ser concretizado por conta da pressão de um outro player privado. Estamos falando do PL fluminense nº 980/2011, de autoria da então Deputada Estadual Enfermeira Rejane. Este projeto de lei dispunha que condomínios residenciais com mais de 100 unidades que possuíssem academias ou salas de ginástica poderiam ser obrigados a implantar consultórios para profissionais de enfermagem e educação física em suas dependências. O referenciado PL alcançava também clubes sociais e esportivos, vejamos:

Art. 1º- Ficam os clubes, sociais e esportivos, os Condomínios ou Associações Residenciais, com capacidade igual ou superior a cem unidades que possuam ou venham a possuir academia ou sala de ginástica, obrigados a dispor de consultório com profissionais da área de Enfermagem e Educação física.

Art. 2º- Os Clubes e Condomínios, cujos dirigentes e Administradores não observarem esta Lei, sujeitar-se-ão a penas, primeiramente de advertência, e na reincidência, de multas, a serem impostas pelo órgão fiscalizador da categoria profissional, podendo levar ao encerramento das atividades.

Art. 3º- O consultório implantado obedecerá a normas previstas em regulamentação da ANVISA.

Art. 4º - A quantidade mínima de profissionais envolvidos, a que alude o “caput” desta Lei, com a devida carga horária, fica assim estabelecida:

I – 1 (um) Técnico de Enfermagem, com carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais;

II – 1 (um) Profissional de Educação Física, para cada 6(seis) horas com horário integral de funcionamento da sala de ginástica ou academia.

Art. 5º - Os Clubes, Condomínios ou Associações, ficam autorizados a contratar serviços de atividades físicas, esportivas e de saúde, através de pessoa jurídica devidamente habilitada para tal fim, que possua em seu quadro responsáveis técnicos nas áreas de Enfermagem e Educação Física.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Perceba que o art. 2º do referenciado PL previa penalidades de advertência e multa. Entretanto, o PL nº 980/2011 sofreu intensa resistência do Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro (Secovi Rio), sob o argumento de que a nova lei contribuiria para que condomínios, especialmente aqueles localizados em regiões menos favorecidas, pudessem optar por eliminar áreas voltadas à prática de esportes devido aos consequentes aumentos nos custos de manutenção dessas instalações.

O sindicato destacava, ainda, a diferença entre academias e salas de ginástica. Segundo ele as academias são estabelecimentos comerciais, subordinadas à lei municipal, enquanto as salas de ginástica presentes em condomínios deveriam ser tratadas como extensões da casa de cada condômino. Com essa pressão o PL nº 980/2011 acabou arquivado.

Perceba, contudo, que aqui o Estado também tentou construir uma arquitetura em que a lei obrigaria aos cidadãos a realização de mais gastos que, por óbvio, não escolheriam de forma optativa. Eram estes os verdadeiros intuitos do PL nº 980/2011: entregar, com custos altos, ao privado a obrigação de construir espaços e, por óbvio, contratar profissionais de enfermagem e de educação física. Seria aberta uma quantidade enorme de postos de trabalho para enfermeiros e profissionais de educação física sem nenhuma obrigação ou custo para Administração; ao revés, ao fim e ao cabo, a administração pública ainda teria receita gerada, haja vista o pagamento de imposto de renda pelos profissionais contratados, por exemplo.

O ferramental ilusório, quando utilizado fora das searas financeira e tributária, tende a não guardar tanta sutileza como é no caso da teoria das ilusões financeiras e nos casos de *nudge*, entretanto, uma coisa não muda: o propósito da classe dominante, também com ajuda estatal, continua forte e cada vez mais criativo em encontrar desenhos e arquiteturas que criem hábitos de consumo e obrigações de pagar à classe dominada, mas sem, necessariamente lançar mão da tributação e de medidas orçamentárias para tanto.

Chegamos numa nova zona onde os propósitos da classe dominante continuam rigorosamente os mesmos; mas onde o ferramental ilusório foi ampliado, porque nasceram novos desenhos e arquiteturas ilusórias, contudo, continuando com os mesmos objetivos de sempre, diluir ao máximo o custo econômico na classe menos favorecida.

9. Conclusão

Puviani assevera que todos os contribuintes (massa) têm um estado psíquico comum, assim, controlados consciente e premeditadamente pela classe dominante, por intermédio da atividade financeira do estado.

Puviani enxerga que a atitude reacional da massa de contribuintes é uniforme, seguindo aquilo que já é predeterminado conscientemente pelos dirigentes políticos, por intermédio de ilusões financeiras. O psíquico da massa é influenciado por estímulos externos planejados com certa antecedência, tanto nas entradas quanto nas saídas (gastos públicos), de forma concomitante.

Puviani defende que o uso das ilusões financeiras faz com que a Fazenda Pública se transforme num instrumento de exploração da classe dominada pela classe dominante.

É necessário que os eleitores para votarem corretamente, de acordo com suas consciências e livres de influências ilusórias externas, recebam informações verdadeiras e relevantes, bem como a consciencialização acerca da importância de como o seu voto é fundamental à manutenção da democracia; então, também é necessário que devamos ter mais e melhores políticas públicas que, principalmente, cheguem até aqueles que não são conscientes da importância de seu voto, posto que é possível a transmutação da teoria das ilusões financeiras de Puviani para a seara eleitoral.

A classe dominante também se especializou na transmutação da teoria das ilusões financeiras para a seara mercadológica. Tal especialização é tamanha que levou os argumentos e mecanismos ilusórios para além da tributação e das questões inerentes ao Direito Financeiro.

Foi criada, com o tempo, uma nova zona onde a classe dominante passou a utilizar um novo ferramental ilusório, nascendo, assim, novos desenhos e arquiteturas ilusórias, que buscam os mesmos objetivos de sempre, diluir ao máximo o custo econômico na classe menos favorecida.

REFERÊNCIAS

AGENERSA. **Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 072**, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenersa, de 04 de julho de 2018, publicada no D.O. de 19/07/2018, que estabelecia procedimentos a serem observados no cumprimento da Lei Estadual nº 6.890, de 18 de setembro de 2014, que dispunha sobre a obrigatoriedade da inspeção quinquenal de segurança nas instalações de gás canalizado das unidades residenciais e comerciais supridas por gases combustíveis no Estado do Rio de

Janeiro, e do Termo de Ajustamento de Conduta Firmado em 19/03/2018 entre a Agenera, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.agenera.rj.gov.br/documentos/instrucoes/IN72.pdf> . Acesso em: 20. fev. 2023.

AGENERSA. **Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 073**, da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenera, de 22 de agosto de 2018 (publicada no D.O. de), que estabelece procedimentos a serem observados no cumprimento da Lei Estadual nº 6.890, de 18 de setembro de 2014, que dispunha sobre a obrigatoriedade da inspeção quinquenal de segurança nas instalações de gás canalizado das unidades residenciais e comerciais supridas por gases combustíveis no Estado do Rio de Janeiro, e do Termo de Ajustamento de Conduta Firmado em 19/03/2018 entre a Agenera, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (em substituição à Instrução Normativa AGENERSA CODIR nº 072/2018). Disponível em: <http://www.agenera.rj.gov.br/documentos/instrucoes/IN73.pdf> . Acesso em: 20. fev. 2023.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. **Social media and fake news in the 2016 election**. Journal of economic perspectives, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

ALEXY, Robert. **Conceito e Validade do Direito**. 1ª ed. 4ª tiragem. ISBN 9788578271633. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

AOS FATOS. Aos Fatos. 2015. Disponível em: <https://aosfatos.org/nosso-método/>. Acesso em: 24. fev. 2023.

ARIELY, Dan. **A Mais Pura Verdade Sobre a Desonestidade**. Editora Elsevier, 2012.

BEREJO, Alvaro Rodriguez. **Estudio Preliminar in PUVIANI, Amilcare. Teoria de la Ilusion Financiera**. Madrid: IEF, 1972, p. IX-LXXV. No original: Teoria dell'illusione finanziaria, Milão: Remo Saldron, 1903.

BOUNEGRU, L.; GRAY, J.; VENTURINI, T.; MAURI, M. (ed). **A Field Guide to 'Fake News' and Other Information Disorders**. Amsterdam: Public Data Lab. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado. Brasília/DF.

CAPLAN, Bryan. **The Myth of the Rational Voter**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

CRATO, Nuno. **A Matemática das Coisas**. 4ª ed. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2008.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº 980, de 19/10/2011** (publicado em 20/10/2011), que obriga a implantação de consultório, a disponibilidade de profissionais da área de enfermagem e presença de profissional de educação física, em clubes, condomínios ou associações residenciais, na forma que menciona e dá outras providências, de autoria da Deputada Estadual Enfermeira Rejane. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/9d164efcd66e017583257829005e8c6d/01ba707e28c4bc418325792e0058b4e8?OpenDocument> . Acesso em: 20. fev. 2023.

ESTLUND, David. **Why not epistocracy?**. in N. Resotko (Ed.), *Desire, Identity and Existence: Essays in honor of T. M. Penner*, Canada: Academic Printing and Publishing, 2003.

HASEN, Richard L. **Vote Buying**. *California Law Review*, 88, 2000.

HENRIQUES, Rodrigo da Cunha. **Economia comportamental e a importância do voto**. Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Rute Neto Cabrita e Gil Saraiva. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestrado em Direito e Economia – Especialidade de Economia e Políticas Públicas. Lisboa: 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44536/1/ulfd144215_tese.pdf . Acesso em: 29. set. 2022.

LIMA, Marcelo Machado Costa. **A validade legítima: um estudo sobre o caso brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

LUDTKE, S. Até Logo. 2018. Disponível em: <https://projetoaprova.com.br/>. Acesso em: 24. fev. 2023.

MARTIN, Erica. **Para Nobel Daniel Kahneman, algoritmos com viés facilitam a polarização política**. Publicado em 30 de agosto de 2022, na Revista eletrônica Invest News. Disponível em: <https://investnews.com.br/economia/para-nobel-daniel-kahneman-algoritmos-com-vies-facilitam-a-polarizacao-politica/>. Acesso em 29. set. 2022.

MARTINS, Rodrigo Caldeira de Almeida. **Análise económica do comportamento eleitoral em Portugal**. Tese de Doutoramento na área científica de Economia, especialidade de Teoria Económica e Economia Internacional, orientada pelo Professor Doutor Francisco José Veiga e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2010. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13820/1/Comportamento%20eleitoral%20em%20Portugal%20%28Rodrigo%20Martins%29.pdf> . Acesso em: 29. set. 2022.

MATTOZINHOS, Anderson. **Economia comportamental, fake news e eleições**. Artigo publicado na revista eletrônica Geekonomics, em 04/10/2018. Disponível em: <https://geekonomics.com.br/2018/10/economia-comportamental-fakenews-eleicoes/> . Acesso em: 29. set. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde sem Fake News**. 2018. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/fakenews>. Acesso em: 24. fev. 2023.

MURAMATSU, Roberta. **Economia comportamental e economia da escolha pública: um caso de trocas mutuamente benéficas**. Artigo publicado em 11/08/2016, no Blog Economia Comportamental. Disponível em: <https://www.economiacomportamental.org/nacionais/economia-comportamental-e-economia-da-escolha-publica-um-caso-de-trocas-mutuamente-beneficas/> . Acesso em: 29. set. 2022.

NICOLELIS, Miguel. Em **entrevista no podcast inteligência Ltda. Episódio 578 – às 2:00:30 e ss**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpFDDrotHjM> . Acesso em: 22. nov. 2022.

NICOLELIS, Miguel. Em **entrevista no podcast inteligência Ltda. Episódio 578 – às 2:28:05 e ss**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpFDDrotHjM>. Acesso em: 22. nov. 2022.

NICOLELIS, Miguel. Em **entrevista no podcast inteligência Ltda. Episódio 578 – às 2:35:10 e ss**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpFDDrotHjM&t=10032s> . Acesso em: 21. fev. 2023.

NICOLELIS, Miguel. Em **entrevista no podcast inteligência Ltda. Episódio 578 – às 2:38:40 e ss**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpFDDrotHjM>. Acesso em: 22. nov. 2022.

PAIVA, A. **Fake News sobre vacinas ameaçam o combate de doenças**. 2019. Disponível em: <https://site.medicina.ufmg.br/inicial/fake-news-sobre-vacinas-ameacam-o-combate-de-doencas-e-permite-a-volta-das-ja-erradicadas/> . Acesso em: 29. set. 2022.

PEREIRA, P.; TOLEDO, L. F.; MONNERAT, A. **Disseminação de “fake news” para atacar candidatos marca eleição**. Exame, 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/disseminacao-de-fake-news-para-atacar-candidatos-marca-eleicao/> . Acesso em: 24. fev. 2023.

PINTO, Mariana Flores; Sbicca, Adriana; Casonato, Lucas. **Uma análise do fenômeno ‘fake news’ com base na Economia Comportamental**. Artigo publicado na Revista Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria, em 26/03/2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/1414650949203>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/49203/pdf>. Acesso em 29. set. 2022.

SALOMÃO, Benito. **A economia política do déficit**. Publicado no Jornal Correio Braziliense em 12/07/2022. Disponível em: <https://benitosalomao.com.br/2022/07/a-economia-politica-do-deficit/>. Acesso em: 29. set. 2022.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. 6ª reimpressão. ISBN 9788535919271. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Alessandro Manoel da; Silva, Rafael da (Orientador). **Percepção econômica e comportamento eleitoral: uma revisão sobre o voto econômico**. Artigo apresentado no 28º Encontro Anual de Iniciação Científica e 8º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior, promovidos pela Universidade Estadual de Maringá, em 10 e 11 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2019/anais/artigos/3387.pdf> . Acesso em: 29. set. 2022.

SIMON, Herbert A. (1955). **A behavioral model of rational choice**. The Quarterly Journal of Economics, 69 (1), 1955.

THALER, Richard H. & SUNSTEIN, Cass. **Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth and Happiness**. New Haven & London: Yale University Press, 2008.

TULLOCK, G. et ali. **Government Failure: a prime on public choice**. Whashington: Cato Institute, 2002.

VILLAR, João Heliofar de Jesus; Aguiar, Júlio César; Tabak, Benjamin Miranda. **O abuso de poder nas eleições – a transgressão à luz da economia**

comportamental. Artigo publicado na Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor, em 19/08/2017. Brasília, v. 4, n. 1, p. 38-66, Jan-Jun, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31501/repats.v4i1.7990>. ISSN 2595-8333X. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/7990> . Acesso em: 29. set. 2022.